

(Tradução livre do original em inglês)

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**
**Demonstrações Financeiras
Intermediárias Consolidadas
em 31 de Março de 2011 e
Relatório de Revisão dos
Auditores Independentes**



Relatório de Revisão sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
RBS Participações S.A.

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da RBS Participações S.A. e suas controladas ("Companhia") em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial consolidado e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2011 e os resultados de suas operações e seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 25 de maio de 2011

A handwritten signature in blue ink that reads 'PricewaterhouseCoopers' in a cursive script.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

A handwritten signature in blue ink that reads 'Carlos Alberto de Sousa' in a cursive script.

Carlos Alberto de Sousa
Contador CRC 1RJ056561/O-0 "S" RS

RBS Participações S.A.

Balancos Patrimoniais Consolidados

Em milhares de reais

(Tradução livre do original em inglês)

Ativo	Nota	31 de março		31 de dezembro		Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de março		31 de dezembro	
		2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009			2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		23	9	27	78	Fornecedores		2.655	4.425	5.105	5.095
Contas a receber de clientes	7	62.889	57.678	73.195	73.270	Contas a pagar referentes a contratos de rede		16.565	16.886	28.980	24.366
Partes relacionadas	8	3.936	21.556	14.805	25.060	Empréstimos e financiamentos	13		25.308		35.885
Estoques		2.442	2.273	2.407	2.268	Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros		15.467	15.080	26.486	27.617
Tributos a recuperar		642	84	620	470	Imposto de renda e contribuição social a pagar	22(b)	6.382	2.839	164	6.054
Despesas do exercício seguinte		4.129	3.362	6.622	6.646	Outros tributos a pagar		2.268	2.250	3.108	2.768
Outros		1.109	779	657	1.133	Partes relacionadas	8	790	53.788	589	52.505
		<u>75.170</u>	<u>85.741</u>	<u>98.333</u>	<u>108.925</u>	Comissões e bônus a pagar		5.464	4.538	6.006	6.299
						Receitas diferidas		996	749	6.072	4.227
						Dividendos propostos/a pagar		7.363	6.481	19.351	6.481
						Receita diferida - royalties	2.17	4.962	5.565	5.097	5.717
						Outros		<u>7.346</u>	<u>6.695</u>	<u>6.753</u>	<u>5.599</u>
								<u>70.258</u>	<u>144.604</u>	<u>107.711</u>	<u>182.613</u>
Não circulante						Não-circulante					
Realizável a longo prazo						Imposto de renda e contribuição social diferidos	22(b)	3.948	2.083	3.464	1.651
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 (b)	94.368	103.500	96.206	105.124	Provisões	14	808	1.815	1.818	2.443
Depósitos judiciais	9	4.940	4.940	4.940	4.940	Receita diferida - royalties	2.17	11.118	16.080	12.233	17.330
Partes relacionadas	8	2.482	9.432	2.672	9.636	Outros		<u>829</u>	<u>1.328</u>	<u>974</u>	<u>1.484</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	8.000						<u>16.703</u>	<u>21.306</u>	<u>18.489</u>	<u>22.908</u>
Despesas do exercício seguinte	27	9.806		11.700							
Outros		3.106	2.855	3.027	2.799	Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora	15				
Investimentos em coligadas	10	13.966	5.312	15.634	5.020	Capital social		20.000	20.000	20.000	20.000
Imobilizado	11	72.398	68.973	72.228	66.121	Reservas de lucros		163.472	82.503	163.472	82.503
Intangível	12	5.998	6.190	5.831	6.450	Ajustes de avaliação patrimonial		(426)	(120)	(253)	(149)
		<u>215.064</u>	<u>201.202</u>	<u>212.238</u>	<u>200.090</u>	Prejuízo acumulado		<u>18.944</u>	<u>17.358</u>		
								<u>201.990</u>	<u>119.741</u>	<u>183.219</u>	<u>102.354</u>
						Participação dos não controladores		<u>1.283</u>	<u>1.292</u>	<u>1.152</u>	<u>1.140</u>
								<u>203.273</u>	<u>121.033</u>	<u>184.371</u>	<u>103.494</u>
Total do ativo		<u>290.234</u>	<u>286.943</u>	<u>310.571</u>	<u>309.015</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>290.234</u>	<u>286.943</u>	<u>310.571</u>	<u>309.015</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

RBS Participações S.A.

Demonstrações Consolidadas do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(Tradução livre do original em inglês)

	Nota	Trimestres findos 31 de março		Exercícios findos 31 de dezembro	
		2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Receita líquida	18 (a)	113.212	106.385	463.570	396.265
Custos operacionais	18 (b)	(60.355)	(57.521)	(208.955)	(164.528)
Lucro bruto		52.857	48.864	254.615	231.737
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	18 (b)	(9.346)	(8.026)	(36.732)	(29.209)
Gerais e administrativas	18 (b)	(13.354)	(13.732)	(57.819)	(56.149)
Outras receitas (despesas), líquidas	18 (b)	(72)	(207)	65	203
		(22.772)	(21.965)	(94.486)	(85.155)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		30.085	26.899	160.129	146.582
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial em coligadas	10	(1.496)	263	(11.491)	1.371
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	122	136	662	675
Despesas financeiras	20	(928)	(2.293)	(7.847)	(20.258)
		(806)	(2.157)	(7.185)	(19.583)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social e da participação dos não controladores		27.783	25.005	141.453	128.370
Imposto de renda e contribuição social	22 (a)	(8.708)	(7.495)	(32.461)	(35.508)
Lucro líquido do exercício/trimestre		19.075	17.510	108.992	92.862
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		18.944	17.358	107.958	92.100
Participação dos não controladores		131	152	1.034	762
		19.075	17.510	108.992	92.862
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício/trimestre					
Lucro básico e diluído por ação	16	0,95	0,87	5,40	4,61

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

RBS Participações S.A.

Demonstrações Consolidadas das Mutações no Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

(Tradução livre do original em inglês)

	Atribuível aos acionistas da controladora								
	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial				
Em 31 dezembro de 2010		20.000	4.000	159.472	(253)		183.219	1.152	184.371
Lucro líquido do trimestre (Não auditado)						18.944	18.944	131	19.075
Transações com acionistas (Não auditado)					(129)		(129)		(129)
Variação cambial de investida localizada no exterior (Não auditado)					(44)		(44)		(44)
Total do resultado abrangente do trimestre (Não auditado)					(173)	18.944	18.771	131	18.902
Em 31 de março de 2011 (Não auditado)		<u>20.000</u>	<u>4.000</u>	<u>159.472</u>	<u>(426)</u>	<u>18.944</u>	<u>201.990</u>	<u>1.283</u>	<u>203.273</u>
Em 31 dezembro de 2009		20.000	4.000	78.503	(149)		102.354	1.140	103.494
Lucro líquido do trimestre (Não auditado)						17.358	17.358	152	17.510
Variação cambial de investida localizada no exterior (Não auditado)					53		53		53
Ajuste ao valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda (Não auditado)					(24)		(24)		(24)
Total do resultado abrangente do trimestre (Não auditado)					29	17.358	17.387	152	17.539
Em 31 de março de 2010 (Não auditado)		<u>20.000</u>	<u>4.000</u>	<u>78.503</u>	<u>(120)</u>	<u>17.358</u>	<u>119.741</u>	<u>1.292</u>	<u>121.033</u>

RBS Participações S.A.

Demonstrações Consolidadas das Mutações no Patrimônio Líquido Em milhares de reais

(continuação)

		Atribuível aos acionistas da controladora						
		Reservas de lucros				Lucros acumulados (prejuízos acumulados)	Participação dos não controladores	Total
Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total			
Em 1º de janeiro de 2009		312.432			206	(343.488)	1.713	(29.137)
Lucro líquido do exercício						92.100	762	92.862
Variação cambial de investida localizada no exterior					(335)	(335)		(335)
Ajuste ao valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda					(20)	(20)		(20)
Total do resultado abrangente do exercício					(355)	92.100	762	92.507
Subscrição de capital através de adiantamento para futuro aumento de capital		15 (a) 53.809				53.809		53.809
Redução de capital através de prejuízos acumulados		15 (a) (346.241)				346.241		
Dividendos pagos		15 (b)				(12.350)	(1.335)	(13.685)
Destinação do lucro líquido do exercício para reserva de retenção de lucros				78.503		(78.503)		
Reserva legal			4.000			(4.000)		
Em 31 dezembro de 2009		20.000	4.000	78.503	(149)	107.958	1.140	103.494
Lucro líquido do exercício						107.958	1.034	108.992
Variação cambial de investida localizada no exterior					(80)	(80)		(80)
Ajuste ao lucro líquido do exercício como resultado da realização de ativos financeiros disponíveis para venda					(24)	(24)		(24)
Total do resultado abrangente do exercício					(104)	107.958	1.034	108.888
Dividendos pagos		15 (b)				(15.000)	(1.022)	(16.022)
Dividendo mínimo proposto		15 (b)				(11.989)		(11.989)
Destinação do lucro líquido do exercício para reserva de retenção de lucros				80.969		(80.969)		
Em 31 dezembro de 2010		20.000	4.000	159.472	(253)	183.219	1.152	184.371

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

RBS Participações S.A.

Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

(Tradução livre do original em inglês)

	Nota	Trimestres findos 31 de março		Exercícios findos 31 de dezembro	
		2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício/trimestre atribuível aos acionistas		<u>18.944</u>	<u>17.358</u>	<u>107.958</u>	<u>92.100</u>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização		2.790	2.705	11.091	10.921
Equivalência patrimonial em coligadas, líquida	10	1.496	(263)	11.491	(1.371)
Participação dos não controladores		131	152	1.034	762
Alienação de imobilizado e intangível		155	85	173	2.400
Ganho em investimentos	10			(300)	(384)
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos	20		706	1.727	6.064
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	8 / 20	7	1.571	5.621	13.930
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22(b)	2.322	2.056	10.731	10.718
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		277	264	466	1.017
Provisões		<u>643</u>	<u>(16)</u>	<u>2.298</u>	<u>2.630</u>
		<u>26.765</u>	<u>24.618</u>	<u>152.290</u>	<u>138.787</u>
Variações nos ativos					
Contas a receber de clientes		10.029	15.328	(391)	(19.018)
Estoques		(35)	(5)	(139)	4
Despesas do exercício seguinte		4.387	3.284	(11.676)	(2.750)
Outros		<u>(531)</u>	<u>298</u>	<u>(165)</u>	<u>(1.792)</u>
		<u>13.850</u>	<u>18.905</u>	<u>(12.371)</u>	<u>(23.556)</u>
Variações nos passivos					
Fornecedores		(2.450)	(670)	10	3.170
Receitas diferidas		(5.076)	(3.478)	1.845	15
Contas a pagar referentes a contratos de rede		(12.415)	(7.480)	4.614	7.482
Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros		(11.019)	(12.537)	(1.131)	(1.724)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		5.378	(3.733)	(5.890)	5.952
Tributos a recuperar e outros tributos a pagar		(22)	386	190	1.876
Comissões e bônus a pagar		(542)	(1.761)	(293)	1.332
Pagamentos de litígios	14 (a)	(1.402)	(614)	(2.510)	(1.168)
Receita diferida - royalties		(1.250)	(1.402)	(5.717)	(6.417)
Outros		<u>(1.686)</u>	<u>931</u>	<u>1.545</u>	<u>1.498</u>
		<u>(30.484)</u>	<u>(30.358)</u>	<u>(7.337)</u>	<u>12.016</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>10.131</u>	<u>13.165</u>	<u>132.582</u>	<u>127.247</u>

RBS Participações S.A.

Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa Em milhares de reais

(continuação)

	Nota	Trimestres findos 31 de março		Exercícios findos 31 de dezembro	
		2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Alienação de investimentos	10				1.895
Subscrição de capital sobre investimento	10			(18.120)	
Aquisição de intangível	12	(762)	(380)	(1.981)	(1.852)
Aquisição de imobilizado	11	(2.516)	(5.002)	(14.771)	(4.830)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.278)	(5.382)	(34.872)	(4.787)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Amortização de financiamento			(10.512)	(35.848)	(36.705)
Pagamentos de juros sobre financiamentos			(771)	(1.764)	(6.543)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	15 (b)	(11.988)		(16.022)	(13.685)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(8.000)			
Financiamento a partes relacionadas		2.278	(86)	(51.662)	(18.729)
Fluxos com partes relacionadas	8 (a)	10.869	3.504	7.555	(47.501)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(6.841)	(7.862)	(97.741)	(123.163)
Efeitos das variações cambiais em caixa e equivalentes de caixa		(16)	10	(20)	(26)
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(4)	(69)	(51)	(729)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/trimestre		27	78	78	807
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/trimestre		23	9	27	78
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(4)	(69)	(51)	(729)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

- (a) A RBS Participações S.A. é uma empresa privada. A Companhia e suas controladas pertencem a três famílias e são operadas conjuntamente com a RBS Comunicações S.A. e suas controladas.
- A RBS Participações S.A. está localizada em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e atualmente tem investimentos em transmissão de TV analógica e digital nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- Suas controladas também estão localizadas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- (b) As licenças federais exigidas para as atividades de transmissão de rádio e TV são concedidas pelas autoridades governamentais e aprovadas pelo Congresso Nacional. Além disso, as licenças para transmissão de rádio e TV são concedidas separadamente, por local. As licenças não são exclusivas, expiram após uma data pré-determinada (15 anos para TV e 10 anos para rádio) e são renováveis mediante solicitação por um período similar. As licenças atuais da RBS Participações S.A. em Porto Alegre, Florianópolis e Caxias do Sul e da TV Coligadas de Santa Catarina S.A. já expiraram. Na época apropriada, as empresas individuais solicitaram a renovação de suas licenças. A administração acredita que as licenças para as quais a renovação foi solicitada, que ainda estão pendentes de aprovação pelas autoridades governamentais, serão renovadas, uma vez que as empresas atenderam todos os requisitos necessários para essas aprovações. Enquanto esses requisitos ainda estiverem pendentes de aprovação, as empresas podem continuar a utilizar essas licenças. As licenças atuais de outras empresas combinadas expiram em várias datas até 2022. As licenças atuais em relação à transmissão de TV digital expiram em várias datas até 2016.
- (c) Através de acordos operacionais, as operações de transmissão de TV da Companhia fazem parte da maior rede de TV brasileira, a Rede Globo. Embora os contratos de rede tenham prazos limitados, esses contratos são renováveis e cada empresa tem mantido o seu relacionamento de rede continuamente por mais de 35 anos.
- (d) A Companhia mantém acordos operacionais com outras emissoras de televisão nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente. As estações afiliadas independentes têm que transmitir os programas e propagandas da rede nacional e das redes regionais e têm direito às receitas de propagandas locais vendidas por elas. Em troca da programação nacional e regional, as empresas afiliadas pagam uma taxa de programação com base em sua receita líquida.

2 Resumo das principais políticas contábeis

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 12 de maio de 2011.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

(a) Demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2011 e 2010

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Conforme mencionado na Nota 29, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia adotou os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras para o trimestre findo em 31 de março de 2010, apresentadas para fins comparativos, estão sendo reapresentadas para refletir esses novos pronunciamentos técnicos.

(b) Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e 2009

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas abaixo.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do lucro líquido, estão descritas na Nota 29.

2.2 Consolidação

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. Investimentos em controladas são demonstrados ao custo menos redução ao valor recuperável. O custo é ajustado para refletir as mudanças na contraprestação decorrentes de acordos de contraprestação contingente. O custo também inclui custos diretamente atribuíveis do investimento.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Um resumo das principais informações financeiras das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas é apresentado abaixo:

Em 31 de março de 2011	Ativo	Passivo	Receita	Lucro/ (prejuízo)	% participação detida
	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)
TV Coligadas de Santa Catarina S.A.	17.826	9.739	4.067	827	84.14
RIC - Rede Integrada de Comunicações S.A.	651	76	89	(50)	100
RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda.	(261)	805		(6)	100
Em 31 de março de 2010	Ativo	Passivo	Receita	Lucro/ (prejuízo)	% participação detida
	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)
TV Coligadas de Santa Catarina S.A.	17.448	9.303	4.567	960	84.14
RIC - Rede Integrada de Comunicações S.A.	786	37	165	125	100
RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda.	(237)	805		(6)	100
Em 31 dezembro de 2010	Ativo	Passivo	Receita	Lucro/ (prejuízo)	% participação detida
TV Coligadas de Santa Catarina S.A.	17.753	10.494	22.397	6.521	84.14
RIC - Rede Integrada de Comunicações S.A.	653	28	661	485	100
RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda.	(255)	804		(24)	100
Em 31 dezembro de 2009	Ativo	Passivo	Receita	Lucro/ (prejuízo)	% participação detida
TV Coligadas de Santa Catarina S.A.	17.131	9.946	19.800	4.805	84.14
RIC - Rede Integrada de Comunicações S.A.	652	27	983	719	100
RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda.	(232)	805		(22)	100

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com acionistas da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos anteriormente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado. Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. As contas patrimoniais são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço patrimonial. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. Em 31 de março de 2011 e 2010 e 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não tinha instrumentos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.5.1 Classificação

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem empréstimos concedidos a coligadas, contas a receber de clientes e demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto investimentos de curto-prazo. Empréstimos e recebíveis são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subseqüentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras despesas financeiras" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para títulos não listados em Bolsa e para títulos listados, se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e análise de fluxos de caixa descontados.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

Para empréstimos e recebíveis, o montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros efetiva original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não havia instrumentos financeiros que poderiam ser classificados como instrumentos derivativos.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelas propagandas veiculadas no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa "PDD" (*impairment*).

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Estoques

Estoques incluem peças sobressalentes para máquinas e equipamentos e são demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede o custo de reposição ou o valor líquido de realização.

2.9 Ativos intangíveis

(a) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas e amortizadas durante sua vida útil estimada.

Os custos associados à manutenção de programas de computadores são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e aos testes de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(b) Outros ativos intangíveis

Os custos de aquisição de marcas, patentes e licenças são capitalizados e amortizados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis. Os ativos intangíveis não são reavaliados.

2.10 Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, máquinas e equipamentos e é mensurado pelo custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Edificações e estruturas	35 - 60 anos
Móveis e utensílios	3 - 15 anos
Máquinas e equipamentos	4 - 18 anos
Veículos	2 - 5 anos
Equipamentos de informática	3 - 8 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração do resultado.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra.

Empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos créditos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de ágio; o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não são contabilizado se resultar do reconhecimento inicial um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

A legislação tributária permite que a Companhia reconheça e deduza um crédito de imposto de renda referente ao reembolso de propaganda eleitoral gratuita, conforme mostrado na nota 22 (a).

2.15 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia faz contribuições a planos de pensão de contribuição definida de administração privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim são incluídas nos custos de pessoal.

(b) Participação nos lucros e bônus

Uma obrigação para participação dos empregados nos lucros é reconhecida em salários e contribuições previdenciárias porque há um plano formal e os valores podem ser mensurados de forma confiável antes da emissão das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.16 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.17 Reconhecimento da receita

(i) Receita de propaganda

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de propaganda é reconhecida quando a propaganda é veiculada.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita bruta de propaganda das emissoras de TV inclui a venda de propagandas negociadas localmente, assim como aquelas negociadas pela Rede Globo em nome das afiliadas para transmissão regional, de acordo com o contrato de rede (Nota 1 (c)). Um percentual da receita bruta de propaganda, conforme definido no contrato de rede, é cobrado mensalmente pela Rede Globo como custos de programação.

Permutas não-monetárias de propaganda por mercadorias ou serviços são reconhecidas ao valor de mercado tanto em receitas quanto em despesas.

(ii) Outras receitas

Royalties

A RBS Participações S.A. cobra *royalties* pelo uso das marcas de todo o Grupo RBS e coligadas, calculados a 3,5% de suas receitas operacionais líquidas.

Em 24 de setembro de 2004, a RBS Participações S.A. recebeu antecipadamente os *royalties* a serem incorridos pela RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. e pela Rádio Gaúcha S.A. durante o período de janeiro de 2005 a dezembro de 2014, os quais foram reconhecidos como "Receita diferida - *Royalties*". Esses valores foram calculados ao valor presente líquido dos *royalties* sobre as receitas operacionais líquidas projetadas de cada empresa mencionada para o período. A partir de janeiro de 2005, a Companhia passou a reconhecer esses valores na demonstração do resultado com base no fluxo de caixa descontado original para cada mês.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida utilizando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento, e continua a tratar o desconto como receita financeira. A receita financeira de um contas a receber para o qual uma perda (*impairment*) foi identificada é reconhecida usando a taxa efetiva de juros original.

2.18 Contas a pagar aos fornecedores e outros passivos

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, incluindo, quando aplicável, variações cambiais e monetárias incorridas.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia do período, com base no estatuto social da Companhia em relação ao dividendo mínimo obrigatório. Qualquer valor acima desse dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado, quando pagos.

2.20 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício/período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício/período. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas para o exercício/período apresentado.

2.21 Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Vice-Presidente Executivo.

2.22 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

O IASB emitiu várias normas IFRSs, alterações e interpretações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e permitiu sua adoção antecipada. A Companhia optou pela não adoção antecipada das novas normas ou alterações a normas, uma vez que elas ainda não têm pronunciamentos equivalentes emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e sua adoção no Brasil não é permitida. Em vista do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), espera-se que esses pronunciamentos e alterações sejam emitidos e aprovados pela CVM até a data de sua adoção obrigatória.

Entre essas novas normas emitidas, a norma abaixo provavelmente terá impacto nas informações financeiras da Companhia. As outras normas não devem ter impactos relevantes.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção antecipada. O Grupo RBS ainda avaliará o impacto total do IFRS 9. Entretanto, as indicações iniciais são de que ele poderá afetar a contabilização do grupo para seus ativos financeiros disponíveis para venda relativos à dívida, uma vez que o IFRS 9 permite somente o reconhecimento dos ganhos e perdas do valor justo em outros resultados abrangentes, se estes se relacionarem com investimentos patrimoniais que não são mantidos para negociação. Portanto, os ganhos e perdas de valor justo sobre os títulos de dívida disponíveis para venda, por exemplo, terão de ser reconhecidos diretamente no resultado.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Impostos diferidos

A Companhia reconhece impostos de renda diferidos ativos e passivos com base nas diferenças entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, usando alíquotas tributárias em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos para avaliar sua possibilidade de recuperação, levando em consideração o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado com base em um estudo da viabilidade técnica.

(b) Contingências

A Companhia está atualmente envolvida em vários processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 14. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis. A probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível, inclusive a opinião dos consultores legais internos e externos. A Companhia acredita que essas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A política de gestão de risco da Companhia fornece orientação em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartes. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro nos fluxos de caixa.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política de gestão de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando necessários para suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 31 de março de 2011 e 2010, a Companhia tinha ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos valores abaixo, sem um instrumento para proteger contra essa exposição nessas datas.

	<u>31 de março</u>		<u>31 de dezembro</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	(Não auditado)	(Não auditado)		
Importações em andamento	744	996	580	566
Contas a pagar	(551)	(1.367)	(400)	(166)
Outras contas a pagar (seguros)	(10)	(7)		(7)
	<u>183</u>	<u>(378)</u>	<u>180</u>	<u>393</u>

Em 31 de março de 2011, se a moeda tivesse variado cerca de 10% em relação ao dólar americano, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro do exercício/período após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social teriam variado, para mais ou para menos, em torno de R\$ 12 (31 de março de 2010 - R\$ 25; 31 de dezembro de 2010 - R\$ 12; 31 de dezembro de 2009 - R\$ 26), principalmente em decorrência de ganhos/perdas cambiais na conversão das transações denominadas em dólares americanos acima mencionadas.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos ou passivos financeiros significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa da Companhia não são significativamente influenciados por esses riscos.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente no Grupo RBS. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(iv) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e investimentos de curto prazo suficientes, a disponibilidade de linhas de crédito através de um valor adequado de linhas de crédito comprometidas e a capacidade de fechar posições de mercado.

O excedente de caixa é transferido para a RBS Administração e Cobrança Ltda., que funciona como um departamento de tesouraria para as empresas do Grupo RBS (Nota 8). Investimentos de curto prazo são contratados pela RBS Administração e Cobrança Ltda. seguindo uma clara política de investimentos, sem limites sobre a concentração de riscos.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados e incluem juros.

	Menos de um ano
Em 31 de março de 2011 (Não auditado)	
Contas a pagar referentes a contratos de rede	16.565
Fornecedores	2.655
Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros	15.467
Comissões e bônus a pagar	5.464
Em 31 de março de 2010 (Não auditado)	
Contas a pagar referentes a contratos de rede	16.886
Empréstimos e financiamentos	25.308
Fornecedores	4.425
Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros	15.080
Comissões e bônus a pagar	4.538
Em 31 dezembro de 2010	
Contas a pagar referentes a contratos de rede	28.980
Fornecedores	5.105
Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros	28.980
Comissões e bônus a pagar	6.006
Em 31 dezembro de 2009	
Contas a pagar referentes a contratos de rede	24.366
Empréstimos e financiamentos	35.885
Fornecedores	5.095
Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros	27.617
Comissões e bônus a pagar	6.299

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Identificação e avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A Companhia gerencia esses riscos procurando diversificar as transações e as contrapartes.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é determinado conforme definido no item 4.3 abaixo. Os valores reconhecidos em ativos e passivos circulantes têm liquidez imediata. Considerando o prazo e características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(c) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Não havia ativo ou passivo financeiro derivativo.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O capital é administrado ao nível do Grupo RBS.

4.3 Estimativa do valor justo e hierarquia de mensuração pelo valor justo

A Companhia divulga o valor justo de instrumentos financeiros pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3 - dados para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, dados não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros reconhecidos ao valor justo pela Companhia se enquadram no Nível 2 em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

Ativo	31 de março		31 de dezembro	
	2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Caixa e equivalentes de caixa	23	9	27	78
Contas a receber de clientes	62.889	57.678	73.195	73.270
Partes relacionadas	6.418	30.988	17.477	34.696
	<u>69.330</u>	<u>88.675</u>	<u>90.699</u>	<u>108.044</u>
Passivo				
Empréstimos e financiamentos		25.308		35.885
Fornecedores e outras obrigações referentes a contratos de rede	19.220	21.311	34.085	29.461
Partes relacionadas	790	53.788	589	52.505
	<u>20.010</u>	<u>100.407</u>	<u>34.674</u>	<u>117.851</u>

(1) Obrigações legais são excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é requerida apenas para instrumentos financeiros.

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Partes relacionadas	31 de março		31 de dezembro	
	2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Grupo 1	6.418	30.988	17.477	34.696
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 2	41.781	39.866	46.425	46.543
Grupo 3	21021	17.810	26.682	26.727
Grupo 4	87	2	88	
	<u>62.889</u>	<u>57.678</u>	<u>73.195</u>	<u>73.270</u>

- Grupo 1 - saldos com partes relacionadas
- Grupo 2 - a vencer
- Grupo 3 - vencidas de 1 a 180 dias
- Grupo 4 - vencidas há mais de 180 dias

As contas bancárias e os investimentos de curto prazo são mantidos junto a bancos com boa avaliação pelas agências de avaliação de risco.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos para partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber de clientes

	31 de março		31 de dezembro	
	2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Propaganda	62.052	57.605	72.857	73.424
Cheques em cobrança	121	140	109	173
Notas promissórias	624	426	662	401
Outras	852	644	192	295
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(760)	(1.137)	(625)	(1.023)
	<u>62.889</u>	<u>57.678</u>	<u>73.195</u>	<u>73.270</u>

O valor justo de contas a receber de clientes é idêntico aos valores devidos por clientes ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para *impairment* de contas a receber de clientes.

Os valores contábeis das contas a receber da Companhia são denominados em reais (R\$).

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	31 de março		31 de dezembro	
	2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
No início do exercício/trimestre	(625)	(1.023)	(1.023)	(670)
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(277)	(264)	(466)	(1.017)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício/período como incobráveis	(51)	27	371	358
Valores recuperados	193	123	493	306
No final do exercício/trimestre	<u>(760)</u>	<u>(1.137)</u>	<u>(625)</u>	<u>(1.023)</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo/(Passivo)			
	31 de março		31 de dezembro	
	2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Partes relacionadas - ativo circulante				
RBS Administração e Cobrança Ltda. (a)	<u>3.936</u>	<u>21.556</u>	<u>14.805</u>	<u>25.060</u>
Partes relacionadas - realizável a longo prazo				
Kzuka Promoções Ltda.	1.052	1.052	1.052	1.052
ORBEAT Som e Imagem Ltda.		6.901		6.901
Rádio Educadora de Guaíba Ltda.	737	737	737	737
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	53	57	55	57
Outras	<u>640</u>	<u>685</u>	<u>828</u>	<u>889</u>
	<u>2.482</u>	<u>9.432</u>	<u>2.672</u>	<u>9.636</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital (realizável a longo prazo (b))				
GEO Eventos S.A.	<u>8.000</u>			
Partes relacionadas - passivo circulante				
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. (b)	(225)	(53.399)	(219)	(52.137)
Televisão Bagé Ltda.	(219)	(219)	(219)	(219)
Rádio Gaúcha S.A.			(1)	
Outras	<u>(346)</u>	<u>(170)</u>	<u>(150)</u>	<u>(149)</u>
	<u>(790)</u>	<u>(53.788)</u>	<u>(589)</u>	<u>(52.505)</u>

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Receitas/(despesas)			
	31 de março		31 de dezembro	
	2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Gerais e administrativas (reembolso) (e)				
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	7.354	4.533	25.019	21.850
Rádio Gaúcha S.A.	343	169	1.166	(115)
Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda.	88	83	445	384
RBS Empresa de TVA Ltda.	50	47	188	173
Canal Rural Produções Ltda.	424	314	1.679	1.313
Outras	182	194	900	785
	<u>8.441</u>	<u>5.340</u>	<u>29.397</u>	<u>24.390</u>
Receitas financeiras				
Televisão Alto Uruguai S.A.	<u>95</u>			<u>105</u>
Despesas financeiras				
RBS Administração e Cobrança Ltda.				
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	(7)	(1.571)	(5.621)	(14.035)
	<u>(7)</u>	<u>(1.571)</u>	<u>(5.621)</u>	<u>(14.035)</u>
Receita de <i>royalties</i> (Nota 2.17))				
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	1.101	1.247	5.050	5.718
Rádio Gaúcha S.A.	149	156	667	700
Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda.	72	58	297	244
RBS Empresa de TVA Ltda.	82	103	414	413
Cia. Catarinense de Rádio e TV	143	138	641	575
Rádio e TV Umbu Ltda.	84	76	377	339
RBS TV Santa Cruz Ltda.	81	76	350	317
RBS TV Santa Rosa Ltda.	45	43	197	181
Televisão Alto Uruguai S.A.	41	38	182	166
Televisão Bagé Ltda.	43	42	197	187
Televisão Chapecó S.A.	73	66	303	260
Televisão Imembuí S.A.	92	85	392	335
Televisão Tuiuti S.A.	85	81	395	337
Televisão Uruguaiana Ltda.	45	41	194	179
Televisão Rio Grande S.A.	49	50	211	177
Rede Popular de Comunicações Ltda.	100	87	389	383
Rádio Itapema FM de Porto Alegre Ltda.	38	33	166	147
RBS TV Criciúma Ltda.	97	94	431	369
Outras	256	247	1.080	983
	<u>2.676</u>	<u>2.761</u>	<u>11.933</u>	<u>12.010</u>

(i) Comentários sobre transações e saldos com partes relacionadas

- (a) A RBS Administração e Cobranças Ltda. é uma parte relacionada que funciona como um departamento de tesouraria (empresa-caixa), responsável por todos os recebimentos e pagamentos através de um contrato particular de garantia, em nome das empresas do Grupo RBS. Os saldos com essa empresa não estão sujeitos à incidência de juros e são mostrados em ativo circulante porque os recursos mantidos por essa empresa em nome das empresas do grupo são prontamente disponíveis.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) O empréstimo da RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. está sujeito à incidência de juros de 12% a.a. Os adiantamentos para futuro aumento de capital e exigível a longo prazo não estão sujeitos à incidência de juros.
- (c) Em 22 de junho de 2007, a RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. emitiu títulos com vencimento final em junho de 2017, com incidência de juros de 11,25% a pagar em junho e dezembro de cada ano. De acordo com os termos da Oferta, os títulos têm um valor principal de R\$ 300.000 e um preço de emissão de 99,271%. Esses títulos são garantidos pela Companhia e pela Rádio Gaúcha S.A.

Em relação aos empréstimos acima, essas empresas têm que cumprir certas cláusulas restritivas. Todas essas cláusulas restritivas estão sendo cumpridas.

- (d) As receitas e despesas provenientes de transações entre as empresas do Grupo RBS são alocadas entre as empresas que se beneficiam das receitas, ou incorrem as despesas, usando bases que podem não ser necessariamente as mesmas que aquelas que teriam sido aplicadas se as transações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas.
- (e) A RBS Participações S.A. é reembolsada pelas despesas gerais e administrativas incorridas em nome de outras empresas do Grupo RBS. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, a Administração do Grupo RBS modificou os critérios para o cálculo dos valores a serem reembolsados, considerando a localização de cada uma delas. O impacto líquido dessa alteração na Companhia foi uma redução de R\$ 1.889 nas despesas reembolsadas.

(ii) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui a Alta Administração e o Conselho Fiscal. Em 31 de março de 2011, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração foi de R\$ 1.208 (31 de dezembro de - R\$ 2.288) (salários e outros benefícios de curto prazo, benefícios de longo prazo e outros benefícios).

Em 2010, a Companhia adquiriu serviços de uma entidade controlada pelo pessoal-chave da administração em termos e condições comerciais normais.

9 Depósitos judiciais

	31 de março		31 de dezembro	
	2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Depósitos judiciais				
Processos tributários	4.866	4.866	4.866	4.866
Outros	74	74	74	74
	<u>4.940</u>	<u>4.940</u>	<u>4.940</u>	<u>4.940</u>

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras intermediárias consolidadas
em 31 de março de 2011 (Não auditado)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Investimentos em Coligadas

	<u>Net Serviços de Comunicação S.A.</u>	<u>RBS Administração e Cobranças Ltda.</u>	<u>Outplan Sistemas S.A</u>	<u>GEO Eventos S.A.</u>	<u>Outras</u>	<u>Total</u>
Em 31 dezembro de 2010		6.087		9.471	76	15.634
Aquisição (Não auditado)					1	1
Variação cambial de investida localizada no exterior (Não auditado)		(44)				(44)
Transações com acionistas (Não auditado)		(129)				(129)
Equivalência patrimonial (Não auditado)		166		(1.662)		(1.496)
Em 31 de março de 2011 (Não auditado)		<u>6.080</u>		<u>7.809</u>	<u>77</u>	<u>13.966</u>
Em 31 dezembro de 2009		4.945			75	5.020
Variação cambial de investida localizada no exterior (Não auditado)		53				53
Ajuste ao valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda (Não auditado)		(24)				(24)
Equivalência patrimonial (Não auditado)		263				263
Em 31 de março de 2010 (Não auditado)		<u>5.237</u>			<u>75</u>	<u>5.312</u>
Em 1º de janeiro de 2009	1.501	3.929			85	5.515
Variação cambial de investida localizada no exterior		(335)				(335)
Ajuste ao valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda		(20)				(20)
Equivalência patrimonial		1.371				1.371
Alienação de investimento	(1.501)				(10)	(1.511)
Em 31 dezembro de 2009		4.945			75	5.020
Aquisição de investimento (b)			2.700			2.700
Subscrição de capital de investimento (b)			(2.700)	22.209		19.509
Variação cambial de investida localizada no exterior		(80)				(80)
Ajuste ao lucro líquido como resultado da realização de ativos financeiros disponíveis para venda		(24)				(24)
Equivalência patrimonial		1.246		(12.738)	1	(11.491)
Em 31 dezembro de 2010		<u>6.087</u>		<u>9.471</u>	<u>76</u>	<u>15.634</u>
Participação societária (%) - em 31 de março de 2011 (Não auditado)		4.78		40		

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Comentários sobre os investimentos

- (a) A Net Serviços de Comunicação S.A. (NET) é a holding de várias controladas que operam sistemas de TV a cabo no Brasil. A Companhia anteriormente detinha 0,03% do capital total da investida.

O investimento está demonstrado ao custo, menos uma provisão para perdas, reduzindo seu valor contábil remanescente para R\$ 1.501. O valor de mercado estimado para o investimento na NET em 31 de dezembro de 2008, com base no preço de mercado das ações preferenciais, era de aproximadamente R\$ 1.260.

O investimento restante em 31 de dezembro de 2008 compreendia 94.818 ações preferenciais e foi vendido em 2009 por R\$ 1.885.

- (b) A Companhia e a Pluri Participações Ltda. (anteriormente denominada Sigla - Sistema Globo de Gravações Audiovisuais Ltda. ("Sigla")) assinaram um contrato para formar a GEO Eventos S.A. (anteriormente denominada "IZON Holding S.A.") ("GEO") com sede em São Paulo, para atuar no desenvolvimento de atividades de promoção, produção e eventos esportivos, entretenimento (música, estilo de vida e moda), eventos empresariais e eventos sob encomenda, assim como investir em outras empresas no Brasil e no exterior.

De acordo com o contrato assinado, a Sigla subscreveu 60% do capital da GEO e a Companhia subscreveu os 40% restantes. A GEO terá uma administração independente e a Companhia será representada em seu Conselho de Administração.

Em 13 de abril de 2010, a Companhia fez a primeira integralização de capital na GEO no valor de R\$ 1.600.

Em 21 de junho de 2010, a Companhia adquiriu 30% da Outplan Sistemas S.A. da RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. por R\$ 2.700 (valor contábil legal).

Em 30 de junho de 2010, a Companhia aumentou o capital da GEO em R\$ 4.089, através da transferência de 30% da Ouptlan Sistemas S.A. por R\$ 3.000 (equivalente a 567.999 ações ordinárias), e R\$ 1.089 através da transferência de um contrato de mútuo com a Outplan Sistemas S.A. O valor justo do investimento estava suportado por um laudo de especialistas.

Em 22 de dezembro de 2010, a Companhia aumentou o capital da GEO em R\$ 16.520.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras intermediárias consolidadas
em 31 de março de 2011 (Não auditado)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações e estruturas</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Total em operação</u>	<u>Imobilizado em andamento</u>	<u>Total</u>
Em 31 dezembro de 2010	9.378	20.188	4.053	29.092	1.272	7.478	71.461	767	72.228
Aquisição (Não auditado)		718	80	1.096	220	285	2.399	117	2.516
Alienações (Não auditado)			(111)	(36)		(8)	(155)		(155)
Transferências (Não auditado)		695	30	106	1	3	835	(835)	
Depreciação (Não auditado)		(156)	(145)	(1.177)	(160)	(553)	(2.191)		(2.191)
Em 31 de março de 2011 (Não auditado)	<u>9.378</u>	<u>21.445</u>	<u>3.907</u>	<u>29.081</u>	<u>1.333</u>	<u>7.205</u>	<u>72.349</u>	<u>49</u>	<u>72.398</u>
Custo (Não auditado)	9.378	42.998	10.914	130.655	5.551	18.812	218.308	49	218.357
Depreciação acumulada (Não auditado)		(21.553)	(7.007)	(101.574)	(4.218)	(11.607)	(145.959)		(145.959)
Valor contábil líquido (Não auditado)	<u>9.378</u>	<u>21.445</u>	<u>3.907</u>	<u>29.081</u>	<u>1.333</u>	<u>7.205</u>	<u>72.349</u>	<u>49</u>	<u>72.398</u>
Em 31 dezembro de 2009	9.446	19.335	3.094	28.309	1.051	4.140	65.375	746	66.121
Aquisições (Não auditado)			18	3.106	71	596	3.791	1.211	5.002
Alienações (Não auditado)	(68)			(2)	(10)	(5)	(85)		(85)
Transferências (Não auditado)		1.087	449	91		9	1.636	(1.636)	
Depreciação (Não auditado)		(198)	(119)	(1.125)	(124)	(499)	(2.065)		(2.065)
Em 31 de março de 2010 (Não auditado)	<u>9.378</u>	<u>20.224</u>	<u>3.442</u>	<u>30.379</u>	<u>988</u>	<u>4.241</u>	<u>68.652</u>	<u>321</u>	<u>68.973</u>
Custo (Não auditado)	9.378	41.096	10.045	127.682	5.177	14.018	207.396	321	207.717
Depreciação acumulada (Não auditado)		(20.872)	(6.603)	(97.303)	(4.189)	(9.777)	(138.744)		(138.744)
Valor contábil líquido (Não auditado)	<u>9.378</u>	<u>20.224</u>	<u>3.442</u>	<u>30.379</u>	<u>988</u>	<u>4.241</u>	<u>68.652</u>	<u>321</u>	<u>68.973</u>
Depreciação anual como uma % do custo bruto total - em 31 de Março de 2011 - excluindo itens totalmente depreciados na data do balanço patrimonial (Não auditado)		2,83	12,39	20,13	28,19	21,40			

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras intermediárias consolidadas
em 31 de março de 2011 (Não auditado)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edificações e estruturas	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Total em operação	Imobilizado em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2009	9.430	20.116	3.377	32.169	1.585	5.543	72.220	76	72.296
Aquisições		4	240	2.706	99	915	3.964	866	4.830
Alienações, líquidas			(1)	(2.276)	(36)	(87)	(2.400)		(2.400)
Transferências	16	145	23	10		2	196	(196)	
Depreciação		(930)	(545)	(4.300)	(597)	(2.233)	(8.605)		(8.605)
Em 31 dezembro de 2009	<u>9.446</u>	<u>19.335</u>	<u>3.094</u>	<u>28.309</u>	<u>1.051</u>	<u>4.140</u>	<u>65.375</u>	<u>746</u>	<u>66.121</u>
Custo	9.446	40.009	9.580	124.526	5.548	13.446	202.555	746	203.301
Depreciação acumulada		(20.674)	(6.486)	(96.217)	(4.497)	(9.306)	(137.180)		(137.180)
Valor contábil líquido	<u>9.446</u>	<u>19.335</u>	<u>3.094</u>	<u>28.309</u>	<u>1.051</u>	<u>4.140</u>	<u>65.375</u>	<u>746</u>	<u>66.121</u>
Em 31 dezembro de 2009	9.446	19.335	3.094	28.309	1.051	4.140	65.375	746	66.121
Aquisições		11	942	5.220	855	5.356	12.384	2.387	14.771
Alienações, líquidas	(68)			(18)	(61)	(26)	(173)		(173)
Transferências		1.565	529	206		66	2.366	(2.366)	
Depreciação		(723)	(512)	(4.625)	(573)	(2.058)	(8.491)		(8.491)
Em 31 dezembro de 2010	<u>9.378</u>	<u>20.188</u>	<u>4.053</u>	<u>29.092</u>	<u>1.272</u>	<u>7.478</u>	<u>71.461</u>	<u>767</u>	<u>72.228</u>
Custo	9.378	41.585	10.915	129.489	5.330	18.532	215.229	767	215.996
Depreciação acumulada		(21.397)	(6.862)	(100.397)	(4.058)	(11.054)	(143.768)		(143.768)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2010	<u>9.378</u>	<u>20.188</u>	<u>4.053</u>	<u>29.092</u>	<u>1.272</u>	<u>7.478</u>	<u>71.461</u>	<u>767</u>	<u>72.228</u>
Depreciação anual como uma % do custo bruto total em 31 de dezembro de 2010 - excluindo itens totalmente depreciados na data do balanço patrimonial		2,88	12,56	20,34	32,31	21,78			

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Revisão e ajuste da vida útil estimada

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e pela Resolução CFC nº 1.263/09, a Companhia concluiu em 2009 sua primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Para fins dessa análise, a Companhia contratou empresa especializada, que emitiu Laudo de Avaliação datado de 9 de dezembro de 2009. Para a elaboração do laudo, a empresa de avaliação considerou o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens. Considerando que historicamente a Companhia não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, o valor residual dos itens do imobilizado foi considerado como sendo igual a zero.

Em dezembro de 2010, a Administração reviu o estudo realizado em 2009 e concluiu que nenhuma alteração na vida útil de seu imobilizado era necessária.

(b) Outras informações

Em 31 de março de 2011, a RBS Participações S.A. e controladas ofereceram imobilizado no valor de R\$ 5.579 (31 de março de 2010 - R\$ 5.828; 31 de dezembro de 2010 - R\$ 5.866; 31 de dezembro de 2009 - R\$ 4.669) em garantia de processos judiciais.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Intangível

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Licenças</u>	<u>Filmes e produção</u>	<u>Concessões</u>	<u>Total</u>
Em 31 dezembro de 2010	4.351	1.069	240	170	1	5.831
Aquisições (Não auditado)	730	32				762
Amortização (Não auditado)	(591)			(3)	(1)	(595)
Em 31 de março de 2011 (Não auditado)	<u>4.490</u>	<u>1.101</u>	<u>240</u>	<u>167</u>		<u>5.998</u>
Custo (Não auditado)	16.426	1.101	240	480	18	18.265
Amortização acumulada (Não auditado)	(11.936)			(313)	(18)	(12.267)
Valor contábil líquido em 31 de março de 2011 (Não auditado)	<u>4.490</u>	<u>1.101</u>	<u>240</u>	<u>167</u>		<u>5.998</u>
Em 31 dezembro de 2009	5.181	844	240	181	4	6.450
Aquisições (Não auditado)	357	23				380
Amortização (Não auditado)	(636)			(3)	(1)	(640)
Em 31 de março de 2010 (Não auditado)	<u>4.902</u>	<u>867</u>	<u>240</u>	<u>178</u>	<u>3</u>	<u>6.190</u>
Custo (Não auditado)	14.293	867	240	480	18	15.898
Amortização acumulada (Não auditado)	(9.391)			(302)	(15)	(9.708)
Valor contábil líquido em 31 de março de 2010 (Não auditado)	<u>4.902</u>	<u>867</u>	<u>240</u>	<u>178</u>	<u>3</u>	<u>6.190</u>
Taxas anuais de amortização como uma % do custo bruto total - em 31 de março de 2011 (Não auditado)	25			5,69		
Em 1º de janeiro de 2009	5.686	792	240	191	5	6.914
Aquisições	1.800	52				1.852
Amortização	(2.305)			(10)	(1)	(2.316)
Em 31 dezembro de 2009	<u>5.181</u>	<u>844</u>	<u>240</u>	<u>181</u>	<u>4</u>	<u>6.450</u>
Custo	13.940	844	240	480	18	15.522
Amortização acumulada	(8.759)			(299)	(14)	(9.072)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2009	<u>5.181</u>	<u>844</u>	<u>240</u>	<u>181</u>	<u>4</u>	<u>6.450</u>
Em 31 dezembro de 2009	5.181	844	240	181	4	6.450
Aquisições	1.756	225				1.981
Amortização	(2.586)			(11)	(3)	(2.600)
Em 31 dezembro de 2010	<u>4.351</u>	<u>1.069</u>	<u>240</u>	<u>170</u>	<u>1</u>	<u>5.831</u>
Custo	15.696	1.069	240	480	18	17.503
Amortização acumulada	(11.345)			(310)	(17)	(11.672)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2010	<u>4.351</u>	<u>1.069</u>	<u>240</u>	<u>170</u>	<u>1</u>	<u>5.831</u>
Taxas anuais de amortização como uma % do custo bruto total - em 31 dezembro de 2010	27,67			5,69	18,47	

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Empréstimos e Financiamentos

	<u>Taxas de juros</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>
Moeda local		
Empréstimo para capital de giro (i)	108% do CDI	4.859
Empréstimo para capital de giro (ii)	110% do CDI	31.020
Outros		<u>6</u>
		35.885
Circulante		<u>(35.885)</u>
Não-circulante		<u><u> </u></u>

Todos os empréstimos para capital de giro foram totalmente liquidados em 2010.

- (i) Em 25 de novembro de 2005, a Televisão Gaúcha S.A. (subsequentemente incorporada pela RBS Participações S.A.) contratou empréstimos em moeda local, no valor total de R\$ 40.815, com vencimento final em maio de 2010 e sujeitos à incidência de juros equivalentes a 108% da variação do certificado de depósito interbancário (CDI) e pagamentos mensais a partir de dezembro de 2006.
- (ii) Em 26 de novembro de 2006, a RBS Participações S.A. (anteriormente denominada Televisão Gaúcha S.A. e RBS TV de Florianópolis S.A.) contratou empréstimos em moeda local, nos valores totais de R\$ 60.000 e R\$ 40.000, respectivamente, com vencimentos finais em 30 de novembro de 2010 e garantidos pela RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.
- (iii) Financiamento contratado pela RBS Participações S.A. (anteriormente denominada RBS TV de Florianópolis S.A.) para aquisição de motores para geradores, que foram oferecidos como garantia do empréstimo.

Em relação aos empréstimos acima, a RBS Participações S.A. tem que cumprir certas cláusulas restritivas. Todas essas cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas na data do balanço patrimonial.

14 Provisões

A RBS Participações S.A. e controladas são partes envolvidas em processos cíveis e trabalhistas que surgiram no curso normal dos negócios. As provisões para perdas prováveis estimadas desses processos foram reconhecidas com base na opinião dos consultores legais externos e internos. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, a RBS Participações S.A. e controladas pagaram, como resultado de decisões judiciais desfavoráveis ou acordos, o montante de R\$ 1.402 (31 de março de 2010 - R\$ 614; 31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.510; 31 de dezembro de 2009 - R\$ 1.168).

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Provisão para perdas prováveis

	<u>31 de março</u>		<u>31 de dezembro</u>	
	<u>2011</u> (Não auditado)	<u>2010</u> (Não auditado)	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Processos trabalhistas e previdenciários	3.254	3.777	4.098	4.454
Processos cíveis	<u>1.336</u>	<u>1.154</u>	<u>1.251</u>	<u>1.107</u>
	<u>4.590</u>	<u>4.931</u>	<u>5.349</u>	<u>5.561</u>
Depósitos judiciais				
(-) Processos trabalhistas e previdenciários	(2.751)	(2.389)	(2.499)	(2.397)
(-) Processos cíveis	<u>(1.031)</u>	<u>(727)</u>	<u>(1.032)</u>	<u>(721)</u>
Não-circulante	<u>808</u>	<u>1.815</u>	<u>1.818</u>	<u>2.443</u>

. Processos trabalhistas e previdenciários - consistem principalmente de litígios referentes a valores pagos por ocasião da rescisão do contrato de trabalho de empregados.

. Processos cíveis referem-se principalmente a programas veiculados ou publicados pela RBS Participações S.A. e controladas.

A movimentação na provisão para perdas prováveis foi a seguinte:

	<u>31 de março</u>		<u>31 de dezembro</u>	
	<u>2011</u> (Não auditado)	<u>2010</u> (Não auditado)	<u>2010</u>	<u>2009</u>
No início do exercício/trimestre	5.349	5.561	5.561	4.099
Aumento / (redução)	643	(16)	2.298	2.630
Valores pagos	<u>(1.402)</u>	<u>(614)</u>	<u>(2.510)</u>	<u>(1.168)</u>
No final do exercício/trimestre	<u>4.590</u>	<u>4.931</u>	<u>5.349</u>	<u>5.561</u>

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Perdas possíveis

A RBS Participações S.A. e controladas são partes passivas em certos processos cíveis, trabalhistas e fiscais, que são estimados como perdas possíveis com base na opinião dos consultores legais internos e externos. Nenhuma provisão foi reconhecida para esses processos e os valores dos processos cíveis e trabalhistas são apresentados abaixo.

	31 de março		31 de dezembro	
	2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Processos cíveis	2.128	741	2.001	724
Processos trabalhistas	1.000	1.196	1.400	1.075
	<u>3.128</u>	<u>1.937</u>	<u>3.401</u>	<u>1.799</u>

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital da RBS Participações S.A. é representado por 20.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo anual equivalente a 25% do lucro líquido do exercício conforme as demonstrações financeiras estatutárias, após a destinação para a reserva legal de um valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital.

Os lucros acumulados disponíveis para distribuição são restritos aos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais estatutárias da RBS Participações, preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil. Essas demonstrações financeiras também são as demonstrações financeiras primárias para fins de determinação do imposto de renda e contribuição social.

Em 29 de outubro de 2009, os acionistas da RBS Participações S.A. decidiram aumentar seu capital em R\$ 53.809 através da capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital feita anteriormente (Nota 8). Após essa capitalização, os acionistas decidiram reduzir o capital através da absorção de prejuízo acumulado no valor de R\$ 346.241.

Juntamente com a Assembleia Geral Ordinária (AGO) dos Acionistas a ser realizada em uma data a ser definida pela administração, será realizada uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para decidir sobre o rateio do saldo da reserva de retenção de lucros.

(b) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo anual equivalente a 25% do lucro líquido do exercício conforme as demonstrações financeiras estatutárias, após a destinação para a reserva legal de um valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital.

Em 31 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração decidiu distribuir dividendos no valor de R\$ 12.350 referente ao exercício de 2009, conforme aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2010.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração decidiu distribuir dividendos no valor de R\$ 15.000 (pagos) e um dividendo mínimo proposto de R\$ 11.989, referente ao exercício de 2010, conforme aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2011.

	31 de dezembro	
	2010	2009
Lucro líquido do exercício	107.958	92.100
(-) Reserva legal		(4.000)
Base de distribuição	107.958	88.100
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	26.989	22.025
Dividendos pagos	15.000	12.350
Dividendo adicional proposto - 2010	11.989	
	26.989	12.350
Dividendos pagos acima (abaixo) do dividendo mínimo		(9.675)

16 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 15).

	31 de março		31 de dezembro	
	2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	18.944	17.358	107.958	92.100
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000
Lucro básico por ação - R\$	0,94	0,87	5,40	4,61

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Em 31 de março de 2011 e 2010 e 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não tinha dívida conversível e opções de compra de ações. Portanto, o lucro diluído por ação de operações em continuidade é o mesmo que o lucro básico por ação.

17 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Vice-Presidente Executivo. A Administração efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva geográfica.

Esses segmentos representam importantes indicadores de gestão, tomada de decisão e recursos de investimentos para a alta administração da Companhia.

Todas as práticas contábeis e controles internos são aplicados em todos os segmentos.

	31 de março de 2011 (Não auditado)		
	Estado do Rio Grande do Sul	Estado de Santa Catarina	Consolidado
Receitas operacionais	74.213	38.999	113.212
Custos operacionais	(41.880)	(18.475)	(60.355)
Despesas operacionais	(14.495)	(8.277)	(22.772)
EBITDA	20.173	12.702	32.875
Resultado financeiro	(568)	(238)	(806)
Outros	(72)		(72)
Imposto de renda e contribuição social	(5.298)	(3.410)	(8.708)
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da controladora	10.344	8.600	18.944
Ativo circulante	38.492	36.678	75.170
Total do ativo	119.621	170.613	290.234
Total do passivo	63.820	23.141	86.961
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	57.638	145.635	203.273

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de março de 2010 (Não auditado)		
	Estado do Rio Grande do Sul	Estado de Santa Catarina	Consolidado
Receitas operacionais	69.215	37.170	106.385
Custos operacionais	(39.304)	(18.217)	(57.521)
Despesas operacionais	(14.017)	(7.948)	(21.965)
EBITDA	18.183	11.426	29.609
Resultado financeiro	(1.938)	(219)	(2.157)
Outros	(207)		(207)
Imposto de renda e contribuição social	(4.382)	(3.113)	(7.495)
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da controladora	9.685	7.673	17.358
Ativo circulante	46.287	39.454	85.741
Total do ativo	159.510	127.433	286.943
Total do passivo	135.008	30.902	165.910
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	6.886	114.147	121.033

	31 de dezembro de 2010		
	Estado do Rio Grande do Sul	Estado de Santa Catarina	Consolidado
Receitas operacionais	309.166	154.404	463.570
Custos operacionais	(145.215)	(63.740)	(208.955)
Despesas operacionais	(60.133)	(34.353)	(94.486)
EBITDA	113.165	58.055	171.220
Resultado financeiro	(6.793)	(392)	(7.185)
Outros	(12.525)		(12.525)
Imposto de renda e contribuição social	(21.099)	(11.362)	(32.461)
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da controladora	63.401	44.557	107.958
Ativo circulante	64.935	33.398	98.333
Total do ativo	143.875	166.696	310.571
Total do passivo	95.167	31.033	126.200
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	48.708	135.663	184.371

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2009		
	Estado do Rio Grande do Sul	Estado de Santa Catarina	Consolidado
Receitas operacionais	262.969	133.296	396.265
Custos operacionais	(119.864)	(44.664)	(164.528)
Despesas operacionais	(55.305)	(29.850)	(85.155)
EBITDA	97.127	60.376	157.503
Resultado financeiro	(17.864)	(1.719)	(19.583)
Outros	609		609
Imposto de renda e contribuição social	(20.486)	(15.022)	(35.508)
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da controladora	50.059	42.041	92.100
Ativo circulante	68.162	40.763	108.925
Total do ativo	180.820	128.195	309.015
Total do passivo	163.426	42.095	205.521
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	17.397	86.097	103.494

18 Receitas e despesas por natureza

(a) Receitas operacionais

A reconciliação das receitas operacionais com a receita líquida é como segue:

	Trimestres findos 31 de março		Exercícios findos 31 de dezembro	
	2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Receita bruta				
Propaganda	108.930	100.545	453.875	397.808
Outros	11.702	12.461	38.960	24.539
Cancelamentos e devoluções	(2.606)	(2.053)	(9.584)	(9.677)
Impostos sobre receitas	(4.814)	(4.568)	(19.681)	(16.405)
Receita líquida	<u>113.212</u>	<u>106.385</u>	<u>463.570</u>	<u>396.265</u>

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas por natureza

	Trimestres findos 31 de março		Exercícios findos 31 de dezembro	
	2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Com pessoal	(24.938)	(22.767)	(102.287)	(97.121)
Administrativas				
Despesas gerais indiretas	6.944	4.195	24.159	19.603
Consultores	(2.141)	(1.005)	(9.100)	(4.636)
Despesas com viagens	(2.211)	(1.803)	(4.974)	(2.944)
Segurança e conservação	(1.687)	(1.345)	(4.299)	(3.421)
Outras	(1.465)	(874)	(4.295)	(3.637)
Operacionais				
Logística	(43)	(30)	(46)	(24)
Aluguéis	(732)	(681)	(1.970)	(1.666)
Cobrança	(10)	(11)	(48)	(44)
Energia elétrica, conexão de internet e telefone	(1.216)	(999)	(4.014)	(3.504)
Outras	(2.284)	(1.624)	(5.290)	(4.908)
Vendas				
Comissões e bônus	(1.513)	(1.936)	(9.284)	(9.187)
Outras	(9.594)	(9.374)	(45.645)	(36.750)
Técnicas	(423)	(461)	(1.775)	(1.653)
Produção				
Eventos	(11.049)	(9.947)	(18.218)	(14.581)
Programação e outras	(24.479)	(24.609)	(92.355)	(65.225)
Promoção	(2.750)	(2.697)	(12.295)	(8.579)
Depreciação e amortização	(2.790)	(2.710)	(11.091)	(10.921)
Outras despesas	(746)	(808)	(614)	(485)
	<u>(83.127)</u>	<u>(79.486)</u>	<u>(303.441)</u>	<u>(249.683)</u>

19 Despesa de benefícios a empregados

	Trimestres findos 31 de março		Exercícios findos 31 de dezembro	
	2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Salários e outros benefícios	(17.929)	(16.806)	(76.585)	(70.519)
Custos previdenciários	(5.120)	(4.611)	(18.984)	(17.440)
Custos de planos de pensão - plano de contribuição definida (Nota 21)	(685)	(569)	(2.785)	(2.704)
Outras	(1.204)	(780)	(3.933)	(6.458)
	<u>(24.938)</u>	<u>(22.766)</u>	<u>(102.287)</u>	<u>(97.121)</u>

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Receitas e despesas financeiras

	Trimestres findos 31 de março		Exercícios findos 31 de dezembro	
	2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	79	56	267	249
Variações monetárias em ativos	7	4	32	23
Juros sobre empréstimos para partes relacionadas (Nota 8)				105
Juros sobre impostos	10	7	3	72
Outras receitas financeiras	26	69	360	226
	<u>122</u>	<u>136</u>	<u>662</u>	<u>675</u>
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos		(706)	(1.727)	(6.064)
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(5)	(5)	(16)	(26)
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas (Nota 8)	(7)	(1.571)	(5.621)	(14.035)
Juros sobre impostos	(7)	(3)	(471)	(128)
Outras despesas financeiras	(909)	(8)	(12)	(5)
	<u>(928)</u>	<u>(2.293)</u>	<u>(7.847)</u>	<u>(20.258)</u>
	<u>(806)</u>	<u>(2.157)</u>	<u>(7.185)</u>	<u>(19.583)</u>

21 Fundo de pensão

A RBS Participações S.A. e controladas, juntamente com outras coligadas (coletivamente referidas como "Patrocinadoras") fundaram a RBS Prev-Sociedade Previdenciária, um fundo de pensão privado (o "Fundo"), para fornecer benefícios complementares de pensão e por invalidez além daqueles pagos pelo Sistema Nacional de Previdência Social. O Fundo foi aprovado pelo Ministério da Previdência Social em outubro de 1996 e foi implementado a partir de 1º de janeiro de 1997.

O Fundo é um plano de contribuição definida, com contribuições das Patrocinadoras e participantes calculados com base em valores e percentuais variáveis a critério de cada participante.

As contribuições normais das Patrocinadoras são baseadas em até 300% da contribuição básica dos participantes, dependendo da idade do participante. Essas contribuições cessarão automaticamente se o participante sair da Companhia por qualquer razão, atingir a idade de aposentadoria, falecer ou ficar inválido. Os benefícios de serviço passado serão custeados pelas Patrocinadoras durante 20 anos através de pagamentos mensais ajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além disso, as Patrocinadoras podem optar por fazer contribuições adicionais a qualquer tempo, e as contribuições normais e adicionais podem ser revistas pelas Patrocinadoras em fevereiro de cada ano. As Patrocinadoras também podem reduzir ou suspender temporariamente suas contribuições, mantendo apenas aquelas necessárias para cobrir os benefícios mínimos mencionados abaixo, os pagamentos referentes aos benefícios de serviço passado e os custos administrativos do Fundo. Em 2008 as Patrocinadoras decidiram fazer contribuições adicionais para cobrir benefícios de serviço passado.

O plano concede a todos os participantes um benefício de aposentadoria mínimo igual a um valor máximo de 3 vezes o salário mensal do participante para participantes com 30 anos de serviço quando da aposentadoria. Participantes com menos de 30 anos de serviço têm direito a um valor proporcional, com base em seus anos de serviço. Exceto por esse benefício mínimo, as Patrocinadoras não têm qualquer responsabilidade por garantir o nível mínimo dos benefícios aos participantes quando eles saem da Companhia.

As contribuições das empresas consolidadas no trimestre findo em 31 de março de 2011 totalizaram R\$ 674 (trimestre findo em 31 de março de 2010 - R\$569; 31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.785; 31 de dezembro de 2009 - R\$ 2.704).

As demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram examinadas por auditores independentes, e as reservas atuariais foram calculadas por um atuário. Os auditores independentes emitiram uma opinião sem ressalvas sobre essas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2010, o superávit do Fundo totalizava R\$ 1.028 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 1.105).

22 Imposto de renda e contribuição social

O conceito de declarações de imposto de renda consolidadas compreendendo um grupo, tal como a RBS Participações S.A. e controladas, não existe no Brasil. Cada empresa mantém seus próprios registros fiscais e entrega suas declarações. As informações fiscais nas demonstrações financeiras consolidadas e nesta nota são, portanto, um resumo das informações referentes a cada uma das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	31 de março de 2011		31 de março de 2010	
	Imposto de renda (Não auditado)	Contribuição social (Não auditado)	Imposto de renda (Não auditado)	Contribuição social (Não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos não controladores	27.783	27.783	25.005	25.005
Alíquota - %	25	9	25	9
	(6.946)	(2.500)	(6.251)	(2.250)
Efeitos das diferenças permanentes				
Despesas não dedutíveis	(66)	(25)	(50)	(20)
Receita não tributável	50	18	76	27
Crédito por propaganda eleitoral (Nota 2.14)	1.217		773	
Outros	113	(14)	175	25
Despesa do trimestre	(5.632)	(2.521)	(5.277)	(2.218)
Corrente	(3.925)	(1.906)	(3.806)	(1.633)
Diferido	(1.707)	(615)	(1.471)	(585)
	(5.632)	(2.521)	(5.277)	(2.218)
Alíquota efetiva	20,5%	9,1%	21,1%	8,87%
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos não controladores	141.453	141.453	128.370	128.370
Alíquota - %	25	9	25	9
	(35.363)	(12.731)	(32.093)	(11.553)
Efeitos das diferenças permanentes				
Despesas não dedutíveis	(1.557)	(569)	(179)	(72)
Receita não tributável	(1.487)	(535)	310	111
Crédito por propaganda eleitoral (Nota 2.14)	20.183		7.597	
Outros	(453)	51	329	42
Despesa do exercício	(18.677)	(13.784)	(24.036)	(11.472)
Corrente	(12.462)	(9.268)	(16.629)	(8.161)
Diferido	(6.215)	(4.516)	(7.407)	(3.311)
	(18.677)	(13.784)	(24.036)	(11.472)
Alíquota efetiva	13,20%	9,74%	18,72%	8,94%

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Natureza dos saldos

	31 de março		31 de dezembro	
	2011 (Não auditado)	2010 (Não auditado)	2010	2009
Imposto de renda a pagar				
Passivo circulante				
Contribuição social a pagar	1.972	873	51	2.189
Imposto de renda a pagar	4.410	1.966	113	3.865
	<u>6.382</u>	<u>2.839</u>	<u>164</u>	<u>6.054</u>

A movimentação no imposto de renda diferido ativo e passivo durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos dentro da mesma jurisdição fiscal, é a seguinte:

	Provisões	Perdas na realização	Prejuízos fiscais	Total
Imposto diferido ativo				
Em 31 dezembro de 2010	1.647	109	94.450	96.206
Creditado / (debitado) à demonstração do resultado (Não auditado)	<u>867</u>	<u>57</u>	<u>(2.762)</u>	<u>(1.838)</u>
Em 31 de março de 2011 (Não auditado)	<u>2.514</u>	<u>166</u>	<u>91.688</u>	<u>94.368</u>
Em 31 dezembro de 2009	2.595	206	102.323	105.124
Creditado / (debitado) à demonstração do resultado (Não auditado)	<u>661</u>	<u>40</u>	<u>(2.325)</u>	<u>(1.624)</u>
Em 31 de março de 2010 (Não auditado)	<u>3.256</u>	<u>246</u>	<u>99.998</u>	<u>103.500</u>
Em 1º de janeiro de 2009	1.383	91	112.717	114.191
Creditado / (debitado) à demonstração do resultado	<u>1.212</u>	<u>115</u>	<u>(10.394)</u>	<u>(9.067)</u>
Em 31 dezembro de 2009	2.595	206	102.323	105.124
Creditado / (debitado) à demonstração do resultado	<u>(948)</u>	<u>(97)</u>	<u>(7.873)</u>	<u>(8.918)</u>
Em 31 dezembro de 2010	<u>1.647</u>	<u>109</u>	<u>94.450</u>	<u>96.206</u>

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Efeitos contábeis da Lei 11.638/07
Imposto diferido passivo	
Em 31 dezembro de 2010 (Debitado) / creditado à demonstração do resultado (Não auditado)	3.464 <u>484</u>
Em 31 de março de 2011 (Não auditado)	<u><u>3.948</u></u>
Em 31 dezembro de 2009 (Debitado) / creditado à demonstração do resultado (Não auditado)	1.651 <u>432</u>
Em 31 de março de 2010 (Não auditado)	<u><u>2.083</u></u>
Em 1º de janeiro de 2009 Creditado / (debitado) à demonstração do resultado	<u>1.651</u>
Em 31 dezembro de 2009 Creditado / (debitado) à demonstração do resultado	1.651 <u>1.813</u>
Em 31 dezembro de 2010	<u><u>3.464</u></u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, referentes aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias, são reconhecidos quando a realização é considerada provável, com base em projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser compensados com até 30% do lucro tributável futuro e não têm prazo de prescrição.

A RBS Participações S.A. reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes aos seus prejuízos fiscais no valor de R\$ 94.450. A realização dos benefícios dos prejuízos fiscais é considerada provável, com base nas projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas internas e cenários econômicos futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando a lucratividade histórica das empresas incorporadas.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia espera realizar o imposto diferido ativo como segue:

<u>Ano</u>	<u>31 de março</u>		<u>31 de dezembro</u>	
	<u>2011</u> (Não auditado)	<u>2010</u> (Não auditado)	<u>2010</u>	<u>2009</u>
2010		7.826		7.108
2011	11.619	9.736	10.226	7.405
2012	10.663	9.522	8.716	7.334
2013	11.820	10.241	11.715	8.365
2014	8.816	10.487	8.549	8.571
2015	14.653	12.919	13.979	11.299
2016	14.490	13.210	12.461	11.671
2017	16.029	13.392	14.626	13.323
2018	5.430	13.753	11.872	13.140
2019	848	2.414	4.062	16.908
	<u>94.368</u>	<u>103.500</u>	<u>96.206</u>	<u>105.124</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da RBS Participações S.A. e controladas e o lucro tributável. Portanto, a expectativa da utilização do imposto de renda diferido ativo não deve ser tomada como único indicativo de lucros futuros da RBS Participações S.A. e controladas.

23 Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, algumas empresas incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Essas empresas incluíram o seguinte nesse programa: autuação fiscal do ano de 1995 (R\$ 377) e dívidas referentes ao imposto de renda retido na fonte e contribuição social junto à Secretaria da Receita Federal (R\$ 760). Considerando os benefícios do programa, a dívida total foi reduzida de R\$ 1.137 para R\$ 699. Além disso, as empresas liquidaram multas e juros com prejuízos fiscais (R\$ 394). O valor restante será pago em 30 parcelas mensais.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2010, o saldo era de R\$ 336 (31 de março de 2010 - R\$ 303; 31 de dezembro de 2010 - R\$ 332; 31 de dezembro de 2009 - R\$ 305) classificado em Outros, no passivo circulante e no exigível a longo prazo.

24 Seguros

A política de gestão de risco de seguro das empresas consolidadas busca cobertura compatível com suas responsabilidades e operações. As coberturas de seguros foram contratadas em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e as recomendações de seus consultores de seguro.

Em 31 de março de 2011, a RBS Participações S.A. e controladas tinham as seguintes principais apólices de seguro contratadas de terceiros:

<u>Ramo</u>	<u>Importâncias seguradas</u> <u>(Não auditado)</u>
Incêndio de bens do imobilizado	189.902
Responsabilidade civil	8.073
Riscos diversos	36.921

25 EBITDA

As práticas contábeis adotadas no Brasil não especificam uma definição de EBITDA. A Administração da RBS Participações S.A. define EBITDA de acordo com a tabela abaixo, que é consistente com a definição no Memorando de Oferta contratado pela RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. em 22 de junho de 2007, garantido pela RBS Participações S.A. e pela Rádio Gaúcha S.A., conforme comentado na Nota 8(c):

	<u>31 de março</u>		<u>31 de dezembro</u>	
	<u>2011</u> <u>(Não auditado)</u>	<u>2010</u> <u>(Não auditado)</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	30.085	26.899	160.129	146.582
Depreciação e amortização	<u>2.790</u>	<u>2.710</u>	<u>11.091</u>	<u>10.921</u>
EBITDA	<u>32.875</u>	<u>29.609</u>	<u>171.220</u>	<u>157.503</u>

26 Garantias e avais

A RBS Participações S.A. e controladas frequentemente fornecem garantias e avais para financiamentos contratados por coligadas e partes relacionadas. Os valores dessas garantias e avais são compatíveis com os ativos e passivos dos avalistas e empresas garantidas, respectivamente (veja a Nota 8).

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Despesas do exercício seguinte

Em 9 de junho de 2010, a Companhia assinou um contrato para renovação até o ano de 2016 dos direitos de transmissão do Campeonato de Futebol do Estado do Rio Grande do Sul, pagando antecipadamente o valor de R\$ 11.700 (31 de março de, 2011 - Despesas do exercício seguinte, ativo circulante - R\$ 1.894; não-circulante - R\$ 9.806).

28 Direitos de transmissão

Para assegurar direitos de transmissão em anos futuros, a RBS Participações S.A. assinou contratos referentes aos Campeonatos de Futebol do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado de Santa Catarina de 2012 a 2016.

29 Adoção das CPCs pela primeira vez

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia aplicou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 43 e 37 na preparação dessas demonstrações financeiras.

A data de transição da Companhia foi 1º de janeiro de 2009. A Administração preparou o balanço patrimonial de abertura de acordo com as normas e interpretações de normas vigentes nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 37, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva das novas normas de contabilidade.

29.1 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

Isenção de combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.

29.2 Exceções da aplicação retrospectiva

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC na data de transição:

(a) Exceção da contabilização de *hedge*

A contabilização de *hedge* somente pode ser aplicada prospectivamente a partir da data de transição para transações que atendem aos critérios de contabilização de *hedge* do CPC 38, 'Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração'. Como a Companhia não tinha nenhuma transação de *hedge* na data de transição, essa exceção não foi relevante na preparação das demonstrações financeiras.

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas em 1º de janeiro de 2009 de acordo com os novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC eram consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros; e
- Participações dos não controladores.

29.3 Descrição das principais diferenças entre os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

29.3.1 Consolidação de fundos exclusivos

A controlada RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda. foi incluída nas demonstrações financeiras consolidadas. Todos os saldos, receitas e despesas de transações entre a controladora e as controladas foram eliminados.

29.3.2 Reclassificações no balanço patrimonial

Os impostos de renda diferidos cuja expectativa de realização é de dentro de 1 ano após a data do balanço patrimonial foram reclassificados de circulante para não-circulante.

29.3.3 Reclassificações na demonstração do resultado

Despesas de Depreciação e Amortização, anteriormente reconhecidas no grupo de despesas Operacionais como uma rubrica separada, foram reclassificadas para despesas Gerais e Administrativas e despesas com Vendas (líquidas de reembolso por terceiros).

Reconciliação do patrimônio líquido:

	31 de março de 2010 (Não auditado)			
	Ativos	Passivo	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido
Saldo de abertura em "BR GAAP antigo" em março	290.761	169.744	4.032	116.985
CPC 36 - Demonstrações financeiras consolidadas	(702)	(718)	(2.740)	2.756
CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração	(3.116)	(3.116)		
Reclassificação de participação dos não controladores para patrimônio líquido			(1.292)	1.292
Saldos após a adoção dos pronunciamentos técnicos e práticas contábeis de acordo com o novo GAAP (CPC)	286.943	165.910		121.033

RBS Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2011 (Não auditado)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2009			
	Ativos	Passivo	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido
Saldo de abertura em "BR GAAP antigo" em dezembro	312.751	209.273	3.880	99.598
CPC 36 - Demonstrações financeiras consolidadas	(613)	(629)	(2.740)	2.756
CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração	(3.123)	(3.123)		
Reclassificação de participação dos não controladores para patrimônio líquido			(1.140)	1.140
Saldos após a adoção dos pronunciamentos técnicos e práticas contábeis de acordo com o novo GAAP (CPC)	<u>309.015</u>	<u>205.521</u>		<u>103.494</u>

Reconciliação do lucro líquido em 31 de dezembro de 2009:

Nenhuma diferença na demonstração do resultado como resultado da aplicação dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

* * *